

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA:
ABORDAGENS E CONCEPÇÕES
A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA DE ALFABETIZAÇÃO
UTILIZADOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)**

Luciana da Silva Almeida (UENF)

lucy.salmeida@gmail.com

Tatiane Almeida de Souza (UENF)

tatianealmeidauenf@gmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UFRJ/UENF)

elinafff@gmail.com

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a língua é um constructo social e, portanto, ela apresenta variações dependendo do contexto em que se apresenta, o presente trabalho busca investigar, a partir da análise de livros didáticos, como o tema variação linguística vem sendo abordado no âmbito escolar, enfocando classes alfabetização. Será realizada uma investigação sociolinguística, buscando conhecer que tipo de atenção à questão da variação linguística vem recebendo no contexto escolar. Para tanto, serão analisados dois materiais didáticos, um oriundo de instituição privada, e outro utilizado em instituições da rede pública, ambos do município de Campos dos Goytacazes. De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*, durante o primeiro ano do ensino fundamental, deve-se desenvolver no aluno habilidades linguísticas que o permita se comunicar em diferentes contextos de interação de fala, bem como o respeito e o reconhecimento pelas variadas formas de interação linguística. Dessa forma, tomamos como principal objeto desse estudo, compreender, a partir dos livros didáticos, como essa interação entre aluno/professor e variação linguística tem acontecido. Basearemos teoricamente nossa análise em Irlandé Antunes (2007), Edilson Matias de Azevedo (2004), Marcos Bagno (2007), Carlos Alberto Faraco (2008), *Guia do Livro Didático* (2008) e José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira e Mirza Seabra Toschi (2003), entre outros. A pesquisa ainda se encontra em andamento, mas partimos da hipótese de que os materiais didáticos, bem como os professores precisam adequar sua metodologia para que possam alcançar as propostas de uma educação linguística mais efetiva.

Palavras-chave: Livro didático. Alfabetização. Variação linguística. Sociolinguística.

1. Introdução

Considerado instrumento, muitas vezes fundamental, de apoio ao trabalho dos professores, o livro didático trás em sua gênese uma perspectiva de precursor da cultura escolar, bem como dos conteúdos e currículos aceitos por um sistema de ensino.

Nessa perspectiva, escolher e utilizar um certo material, implica em escolher e propagar conceitos e ideologias sociais, culturais e políticas, aceitos e veiculados de maneira explícita, ou não pelos gestores governamentais.

De acordo com Mauro Carlos Romanatto (2009), o processo de implementação do livro didático acompanhou o processo de democratização do ensino. Se antes era papel do professor preparar e escolher os conteúdos e metodologias a serem trabalhados, a partir da democratização do ensino e do amplo acesso das diversas classes sociais a escola, quem passa a determinar os conteúdos e metodologias de ensino são os materiais didáticos.

Esse material passou a fazer parte do contexto escolar em 1996, quando o Ministério da Educação e Cultura – MEC, instituiu o Programa Nacional do Livro Didático, cujo objetivo se firma em subsidiar o trabalho docente com a distribuição de livros didáticos para os alunos da educação básica, bem como para os alunos das turmas de alfabetização.

Daí em diante, os livros didáticos são considerados elementos fundamentais nas salas de aula. Os planejamentos e atividades são realizados de acordo com os conteúdos trazidos pelos livros, muitas vezes, sem uma prévia seleção ou análise para averiguar se o conteúdo está realmente adequado às classes que o irão receber.

Entretanto, as coleções que chegam até as escolas, passam antes por seleções e avaliações por parte dos governos que buscam avaliar quais obras, bem como, quais conteúdos e currículos devem ser propagados nas escolas.

Há que se pensar no seguinte, no que tange os *Parâmetros Curriculares de Língua Materna*, bem como o *Guia do Livro Didático*, ambos apontam para um ensino e escolha de materiais que abranjam a diversidade cultural, que não estigmatizem as diferenças como erros a serem corrigidos.

Nessa perspectiva, o objetivo desse trabalho firma-se em analisar duas obras didáticas utilizadas no município de Campos dos Goytacazes (RJ), buscando conhecer o tratamento dado à questão da variação linguística nesses materiais.

O primeiro material que analisamos é utilizado na instituição particular do município, o *Porta de Papel – Alfabetização*, assinado pela Editora FTD. O segundo material é utilizado na rede municipal de ensi-

no, também da Editora FTD intitulado *O Novo Girassol – Saberes e Fazeres do Campo*. Ambos os materiais são de turmas de alfabetização.

A escolha por materiais de alfabetização se deu porque este é considerado um momento crucial, no que tange ao desenvolvimento da linguagem como fonte de cultura e, de acordo com as orientações trazidas pelo MEC e pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ao final desse ciclo, pretende-se ter desenvolvido nos estudantes capacidade de refletir criticamente sobre a língua, em suas variadas formas de uso, sem, no entanto, estigmatizar qualquer que seja a forma em que ela se apresente.

Nesse sentido, procuramos resposta para a seguinte questão: como a questão da variação linguística é tratada e abordada nos livros didáticos? Para responder essa questão, seguiremos o roteiro de análise de material didático sugerido por Marcos Bagno (2007), na obra: *Nada Na Língua É por Acaso: Por uma Pedagogia da Variação Linguística*.

No decorrer da pesquisa buscaremos salientar questões que comprovem, ou não, nossa hipótese, de que os materiais didáticos, bem como os professores precisam adequar sua metodologia para que possam alcançar as propostas de uma educação linguística mais efetiva.

2. Livro didático: sua importância e influência na aprendizagem

A escola desempenha um importante papel na sociedade, é um espaço sociocultural com indivíduos de diferentes grupos sociais, com instrumentos e métodos para a construção do saber. Uma de suas ferramentas mais eficaz no processo de formação é o livro didático.

No Brasil, o livro didático entrou como pauta do governo no ano de 1938, quando foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Seu objetivo era “examinar e julgar os livros didáticos, indicar livros de valor para a tradução e sugerir abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos não existentes no país”. (COSTA, 1989, p.13)

No decorrer dos anos, vários questionamentos rondaram o livro didático, como por exemplo: seus conceitos estão corretos? São adequados? Diante disso, muitos acordos, legislações e programas foram criados para responder tais questionamentos.

Várias mudanças ocorreram até chegar ao atual mecanismo jurídico que regulamenta o livro didático, que é o Programa Nacional do Livro

Didático. Este programa, de acordo com Neli Klix Freitas & Melissa Haag Rodrigues (2007):

tem como foco o ensino fundamental público e as classes de alfabetização infantil, assegurando os seguintes direitos: gratuidade dos livros para os alunos, escolha dos livros a serem usados pelos professores, reutilização do livro por outros alunos em anos posteriores, distribuição gratuita para as escolas públicas e aperfeiçoamento das especificações técnicas para a produção dos livros, visando maior durabilidade. (FREITAS & RODRIGUES, 2007, p. 4)

Ao longo dos anos, o livro didático foi se tornando uma ferramenta indispensável nas escolas para o auxílio dos professores. Entretanto, há que se salientar que *o livro deve ser considerado um material de apoio*, assim como diz o Ministério de Educação e Cultura – MEC (2003) “um material de apoio didático de qualidade faz grande diferença no processo de ensino-aprendizagem”. (BRASIL, 2003, p. 9)

Edeilson Matias de Azevedo (2004), porém, destaca que:

O livro didático passa a ser o único instrumento pedagógico que o professor utiliza em suas aulas, tornando-se difícil exigir deste a utilização daquele como material de apoio. O risco que se corre com essa situação é o professor compreender a obra didática como um manual de instrução do qual não se pode discordar, muito menos tecer certas críticas em relação ao conteúdo. (AZEVEDO, 2004, p. 6)

Uma das alternativas para essa problemática é o reconhecimento de certas limitações que o livro didático apresenta, como por exemplo, simplificar alguns temas e tratar com superficialidade alguns conteúdos. Ele deve ser um material realmente de apoio, sendo o professor capaz de fazer críticas pertinentes à obra didática, desde que essa crítica tenha embasamento.

Sabe-se que o livro didático é utilizado nas escolas e, na maioria das vezes, é o único material utilizado na construção de conhecimentos. Esse é de grande influência para a construção e formação de identidade dos alunos, pois é embutido de conceitos, conteúdos e ideologia que formam opinião. O livro didático consiste, também, em um instrumento para as atividades escolares, sendo o professor o seu mediador.

De acordo com Ana Célia da Silva (2005):

Em virtude da importância que lhe é atribuída e do caráter de verdade que lhe é conferido, o livro didático pode ser um veículo de expansão de estereótipos não percebidos pelo professor. O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma imagem simplificada e falsificada o cotidiano, as experi-

ências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais. (SILVA, 2005, p. 23)

Prevalendo-se nos dias atuais, o livro didático influencia o cotidiano da sala de aula e do trabalho pedagógico, por ele ser uma das principais fontes de consulta utilizadas pelos alunos e professores. A partir disso, “é fundamental dispor de um livro didático diversificado e flexível, sensível à variação das formas de organização escolar e dos projetos pedagógicos”. (BRASIL, 2003, p. 10)

Cabe ressaltar que o livro didático não apresenta como objetivo determinar o que o professor deve ou não fazer em sua prática pedagógica. Entretanto, Edeilson Matias de Azevedo (2004) afirma que “uma das práticas mais recorrentes que são encontradas na sala de aula é o professor se utilizar do livro didático como se ele suprisse toda a necessidade que o processo de ensino e aprendizagem requer”. (AZEVEDO, 2004, p. 12)

O perigo dessa relação exclusiva que alguns docentes criam em relação ao saber apresentado pelo material didático está sinalizado quando os materiais não são escolhidos pelos próprios docentes. Quando essa escolha é feita pelos governantes e/ou secretarias de educação, sem considerar na entanto, as realidades de cada comunidade escolar.

Quando isso acontece, as obras escolhidas geralmente trazem uma ideologia cultural, que é de interesse político que seja apreendida e mantida na formação dos cidadãos.

Em suma, várias questões rondam essa temática, mas o que é indiscutível é a necessidade de o professor possuir uma formação sólida, capaz de desconstruir qualquer tipo de imagens estereotipadas, conceitos incoerentes e conteúdos irrelevantes, buscando refletir criticamente sempre, sobre os conteúdos e as obras que lhes são “impostas” para o exercício de seus ofícios.

3. O uso da variação linguística na formação de sujeitos letrados

É inegável entre os profissionais da educação que a alfabetização é uma das fases de mais profunda importância na vida escolar. Paulo Freire (2001) sintetiza essa importância ao definir esse processo como um elemento fundamental para o exercício da cidadania.

Aprender a ler e escrever significa tornar-se conhecedor de uma cultura, ao mesmo tempo em que se adquirem habilidades para contribuir na construção e manutenção da cultura.

E dependendo da cultura que a escola viabiliza e prioriza, principalmente através de seus materiais didáticos, ela pode tanto possibilitar esse acesso à cidadania, como excluir o aluno de se inserir no contexto cultural letrado.

Magda Soares (1986) aponta para a desvalorização que as variações linguísticas e os falares dos alunos sofrem, como grande fator influente nos índices preocupantes de avaliação da alfabetização no país. Para a autora,

A discriminação das classes populares na escola não se explica, pois, por *deficiências* culturais e linguísticas, nem apenas pelas *diferenças* culturais e linguísticas que, sem dúvida, as distinguem das classes dominantes; explica-se, na verdade, pela *opressão* que essas classes dominantes, com a mediação da escola, exercem sobre as classes dominadas, através da imposição de sua cultura e de sua linguagem, apresentadas como legítimas, e da consequente desvalorização de uma cultura e linguagem que, só por ser diferente daquela considerada legítima, é acusada de "*deficiente*". (SOARES, 1986, p. 55)

Para Magda Soares, o fracasso escolar e os baixos resultados das avaliações da alfabetização se devem, em grande parte, à discriminação das variantes linguísticas utilizadas pelos alunos de classes populares. A escola insiste numa linguagem padrão, que estigmatiza e nega a cultura dessa classe. O que gera no aluno uma "aprendizagem" descontextualizada e sem significado.

Nesse sentido, a escola, que deveria ser um lugar de socialização de culturas, torna-se totalmente excludente ao escolher privilegiar uma "cultura linguística" como a principal em detrimento das outras. O que acontece é um processo de "marginalização cultural" que faz com que o aluno das classes menos favorecidas fracasse, não por ter uma "deficiência cultural", mas por ter uma cultura diferente, que é discriminada.

Seguindo essa linha, Marcos Bagno (2002), aponta que

Pelas mesmas razões que levaram à transformação da gramática tradicional num instrumento de dominação e exclusão social é que a atividade dos linguistas brasileiros vem sofrendo ataques grosseiros por parte de autointitulados "filósofos" que representam, na verdade, a reação mais conservadora (e muitas vezes com acentos claramente fascistas) contra qualquer tentativa de democratização do saber da sociedade. (BAGNO, 2002, p. 153)

Para o autor, existem questões mais sérias que impedem um ensino inovador que inclua o variacionismo em seus programas. Segundo Marcos Bagno, o novo "compromete as estruturas de poder e dominação", desestabiliza toda uma estrutura social, que tem sua base fundada na dominação de uma grande maioria, por um pequeno grupo de "iluminados".

A ciência linguística moderna analisa a língua como fato social, algo vivo que está sempre se renovando, substituindo antigas concepções por novos conhecimentos. Ora, todo conhecimento passa por mudanças, reformulação de teorias, contudo, democratizar o saber linguístico, significaria romper com as correntes de uma sociedade contida.

Nessa perspectiva, observamos nos documentos oficiais, como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) e o *Guia do Livro Didático* (2016), ambos referentes aos anos iniciais do ensino fundamental, alguns avanços no que tange ao ensino de língua materna nos anos iniciais.

Esses documentos sugerem como objetivo a formação integral do aluno, preconizando uma alfabetização que compreenda o indivíduo como participante de outros contextos culturais, que não somente a escola, apontando para a importância de valorizar e incluir a cultura do aluno no contexto da construção de conhecimento que a escola deve oferecer.

Dessa forma, vemos que lentamente surge um novo paradigma referente ao letramento escolar, preconizando que o foco do trabalho deve estar no processo de ensino e aprendizagem, na participação crítica e ativa tanto do professor, quanto do aluno. Reconhecendo que, "não basta somente alfabetizar, mas que é preciso viabilizar as pessoas a oportunidade do contato com as diversas práticas sociais de leitura e escrita" (PIRES, LIMA & FERREIRA, 2010). Conhecendo e dominando, não apenas os contextos de inserção da linguagem escrita, mas também as variadas situações de usos da linguagem oral.

Uma das principais funções da escola, nessa perspectiva, é de preparar cidadãos para um mundo letrado, para lidar com diferentes tipos de textos e contextos de interação linguística.

3.1. Variações linguística nos livros didáticos: o contexto da pesquisa

Como apontado nos tópicos anteriores, é papel da escola apresentar para seu público a cultura e conhecimentos construídos historicamente pela sociedade. Dentro desse contexto, são realizadas seleções que apontam, mesmo que de forma implícita, as questões e ‘culturas’ que são valorizadas em detrimento de outras.

Com a língua acontece o mesmo. Existe uma variante que recebe mais prestígio e, por isso é constantemente valorizada nos discursos de grande parte dos professores, além de ser reafirmada nas obras que servem de apoio para o trabalho docente.

Percebemos nos livros didáticos de língua portuguesa uma grande tendência em apontar as classes menos favorecidas e com baixos níveis de escolarização como únicos na utilização de variações, apontando sempre essas variações como erros, apresentando a norma-padrão como única correta e aceita.

Marcos Bagno (2007) aponta que no momento da seleção das obras didáticas que serão aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático, existe um esforço para mudar essa realidade, entretanto a falta de formação e embasamento teórico consistente são empecilhos para um trabalho linguístico ideal. De acordo com o autor, para favorecer um ambiente escolar enriquecedor

O mais importante de tudo é preservar, no ambiente escolar, o *respeito pelas diferenças linguísticas*, insistir que elas não são “erros” e até mesmo tentar, na medida do possível, mostrar a lógica linguística delas. Para isso, é claro, a professora tem de se preparar, fazer suas pesquisas, reconhecer os fenômenos que aparecem naquele material e tirar deles o melhor proveito. (BAGNO, 2007, p. 125)

Marcos Bagno (2007) ressalta as questões políticas e sociais imbuídas nesse processo de supervalorização de uma linguagem em detrimento de outras e, destaca que a necessidade de analisar cuidadosamente os materiais que irão permear o trabalho docente, ou mesmo, o próprio professor levantar materiais e questões que possam subsidiar o trabalho, no que tange a variação linguística. Entretanto, ressaltamos que essa é uma questão que deve fazer parte das inquietações dos docentes.

4. Dados da pesquisa

Compreendendo a relevância de trabalhar as questões políticas e sociais referentes ao uso da linguagem no contexto escolar e, principalmente de conhecer o tratamento que as variações linguísticas recebem nos Livros Didáticos de Língua Portuguesa de Alfabetização. Este trabalho foi construído no sentido de levantar questões importantes que possam contribuir no melhoramento de nosso ensino de língua materna.

Os materiais utilizados para análise são do município de Campos dos Goytacazes (RJ). O primeiro material escolhido é utilizado por uma das instituições privadas de grande prestígio no município. Já o segundo é utilizado na rede pública municipal de ensino.

A investigação foi feita seguindo um roteiro de análise de livro didático sugerido pelo linguista Marcos Bagno, na obra: Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. Porém, serão levados em conta também, os critérios de avaliação utilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático. Bem como, a filosofia assumida pela editora se concretiza na prática.

4.1. Livro – *Porta de Papel: Alfabetização*

De acordo com a Editora FTD, o livro foi elaborado para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, apresentando um método prático de alfabetização. Sugerindo um ensino lúdico e produtivo²⁴¹.

Ao proceder à análise do livro, observamos que a proposta apresentada pela editora bem como a concretização do material, que se mostrou um pouco distante do ensino inovador e lúdico sugerido pela editora.

Para análise do material, consideraremos dez questões apresentadas por Marcos Bagno (2007) para análise de livros didáticos.

	Questões de análise	Livro
1.	O livro didático trata da variação linguística?	Não apresenta
2.	O livro didático menciona de algum modo à pluralidade de línguas que existe no Brasil?	Não menciona
3.	O tratamento se limita as variedades rurais e/ou regionais?	Sim, rurais
4.	O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos escolarizados)?	Apresenta

²⁴¹ <www.ftd.com.br>.

5.	O livro didático separa a norma-padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma-padrão com uma variedade real da língua?	Não separa
6.	O tratamento da variação no livro didático fica limitada ao sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais?	Limitado
7.	O livro didático mostra coerência entre o que se diz nos capítulos dedicados a variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?	Não trata dessas questões
8.	O livro didático também explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta a escrita como homogênea e a fala como lugar do erro?	Não trata dessas questões
9.	O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?	Não
10.	O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma-padrão?	Não trata dessas questões

Como podemos observar a questão da abordagem de variações linguística, no livro, é quase que inexistente. O que temos são alguns textinhos que narram situações rurais e situações na cidade, mas em momento algum, a questão das variantes, recebe de fato atenção.

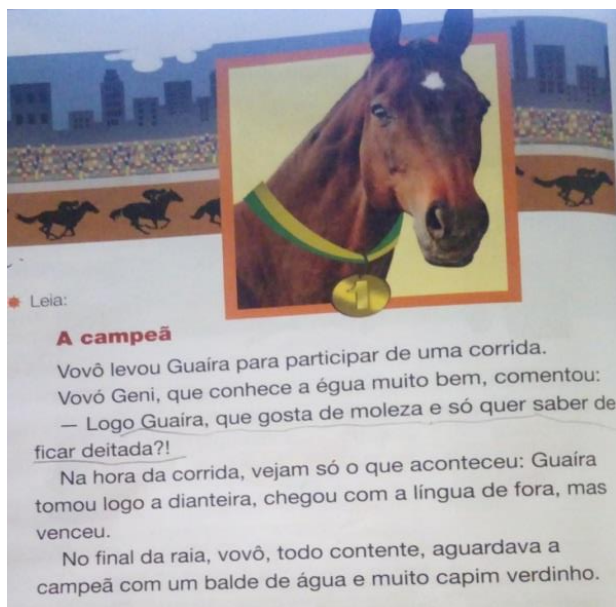


Fig. 1: Livro Porta de Papel

Entretanto, observamos também que os textos apresentados não obra mesclam norma culta e norma-padrão, apresentando as duas como se fizessem parte do mesmo contexto.

Terminamos nossa análise dessa obra, apontando que muitos são as questões que precisam ser revistas ainda. Na estrutura da obra, pouco nós encontramos de metodologia inovadora. As atividades, aliás, muito nos lembraram dos exercícios repetitivos que as velhas e tradicionais cartilhas apresentavam.

4.2. Livro – *Novo Girassol: Letramento e Alfabetização*

O segundo livro analisado, advindo da rede pública municipal, é da coleção “*Novo Girassol: Saberes e Fazeres no Campo*” da Editora FTD, São Paulo, 1ª ed., 2014. O manual é dividido em duas partes: a primeira versa sobre o letramento e alfabetização e a segunda sobre alfabetização em matemática.

O primeiro fato que nos chama a atenção nesse manual é que nenhuma das autoras da parte que iremos analisar, letramento e alfabetização, obtém formação em letras. Sendo assim, a primeira indagação que surge é a seguinte: será que isso influenciou nas abordagens realizadas pelo livro?

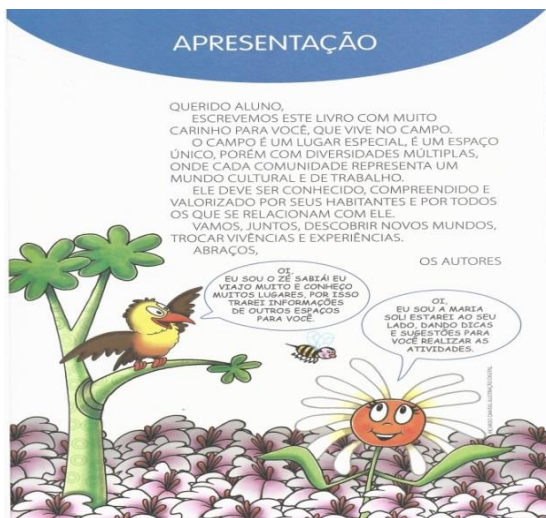


Fig. 2: Livro Novo Girassol

O livro é destinado aos alunos do campo, visto que o mesmo é utilizado numa área urbana e que a maioria dos alunos vive na cidade. Em sua apresentação, as autoras trazem uma mensagem com o intuito de explicar o que é o campo e sua diversidade, como mostra a **Fig. 2**.

No capítulo 1, intitulado “Brinquedos e Brincadeiras”, na página 35 número 2, na seção “de olho na escrita” é proposta uma atividade de observação da imagem roda, atentando os alunos “que uma palavra pode ter diferentes significados dependendo da situação em que é empregada”.

Em continuidade a análise, no capítulo 2 “A Família da Gente”, na página 68, número 5, encontramos a palavra macaxeira e um balão explicando que a mesma também é conhecida como aipim ou mandioca. E na página 69, seção “texto puxa texto”, no texto “Casa das Delícias” faz referência a um doce chamado de “Engrossado de Fubá” tendo sua explicação num balão abaixo. Nota-se que nessas páginas, a variação linguística aparece de acordo com os dialetos, ou seja, um doce ou uma raiz pode ter nomes diferentes de acordo com as regiões.

DE OLHO NA ESCRITA

1. LEIA E COPIE NA LINHA ABAIXO.

 **RODA** _____ 

2. UMA PALAVRA PODE TER DIFERENTES SIGNIFICADOS DEPENDENDO DA SITUAÇÃO EM QUE É EMPREGADA. OBSERVE A IMAGEM E DEPOIS ESCREVA O NOME DO QUE VOCÊ OBSERVOU, UMA LETRA EM CADA QUADRINHO.

• PINTE DE COR CLARINHA AS VOGAIS DA PALAVRA QUE VOCÊ ESCREVEU.

3. AGORA DESCUBRA AS VOGAIS QUE COMPLETAM O NOME DAS FIGURAS. DEPOIS COPIE.

 R _____ D _____

 R _____ D _____

35

Fig. 3: Livro Novo Girassol



Fig. 4: Livro Novo Girassol

Diante desses destaques e para uma análise mais geral, retomaremos as dez questões apresentadas por Marcos Bagno para análise de livros didáticos.

	Questões de análise	Livro
1.	O livro didático trata da variação linguística?	Somente nas páginas acima
2.	O livro didático menciona de algum modo a pluralidade de línguas que existe no Brasil?	Não menciona
3.	O tratamento se limita as variedades rurais e/ou regionais?	Sim, rurais
4.	O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos escolarizados)?	Apresenta
5.	O livro didático separa a norma-padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma-padrão com uma variedade real da língua?	Não separa
6.	O tratamento da variação no livro didático fica limitada ao sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais?	Limitado
7.	O livro didático mostra coerência entre o que se diz nos capítulos dedicados a variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do	Não trata dessas questões

	“errado”?	
8.	O livro didático também explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta a escrita como homogênea e a fala como lugar do erro?	Não trata dessas questões
9.	O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?	Não
10.	O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma-padrão?	Não trata dessas questões

Diante disso, podemos concluir que o livro em questão não aborda a variação linguística em sua plenitude. As autoras deveriam ter ciência de que o livro didático necessita estar conectado com a realidade linguística e cultural de seus usuários, valorizando as variações linguísticas e os atentando para o fato de que a língua é viva e está em constante modificação. Talvez o fato das autoras não possuírem formação nenhuma formação na área de letras pode ter influenciado nas abordagens do livro, levando uma menos reflexão sobre a importância da variação linguística no contexto escolar.

Contudo, cabe também ao professor ser autônomo, ou seja, fazer as alterações necessárias para que a utilização do livro didático forneça contribuições importantes no processo da aprendizagem.

5. Conclusão

A pesquisa culminou com importantes reflexões relativas ao ensino e aprendizagem de língua materna e, como essa questão vem sendo conduzida pelos autores de livros didáticos. Mostrou-nos que muito ainda precisamos evoluir para um ensino democrático, e uma aprendizagem contextualizada e que respeite a cultura e os falares de nossos alunos.

Diante dos fatos relatados, podemos constatar que os livros didáticos aplicados nas turmas de alfabetização no município de Campos dos Goytacazes sejam na rede particular ou municipal, ainda não contemplam a variação linguística de um modo geral e abrangente. No livro da rede particular a variação é inexistente, não havendo qualquer citação sobre a mesma. Por outro lado, o livro da rede municipal menciona em três ocasiões, mesmo assim sendo apresentada de uma forma bem restrita, não proporcionando ao aluno um conhecimento maior e crítico acerca da variação linguística.

Outro ponto relevante que vale ser discutido e refletido é o fato das autoras não possuírem qualquer formação na área da linguística ou

um maior conhecimento da mesma. Este fato pode ter contribuído para que as abordagens acerca da variação tenham sido pouco tratadas. Cabe ressaltar que a formação continuada é necessária para a atualização do professor alfabetizador, visto que grande parte dos profissionais que atuam nessa área são pedagogos e nem sempre tem a linguística contemplada nas grades curriculares dos cursos superiores de pedagogia.

Para o professor, o livro didático é o principal instrumento utilizado no exercício do magistério, quando não o único. Por esse motivo ressaltamos a importância de materiais que atendam as especificidades propostas pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Aliás, o Programa Nacional do Livro Didático trouxe para nós grandes avanços. Criou-se um sistema para avaliar as obras que vão para as escolas, além de orientar as secretarias de educação, as coordenações escolares e os professores, da importância de escolher materiais que estejam adequados a comunidade escolar.

A grande questão que constatamos durante a pesquisa é que, na maioria das vezes o professor não faz parte do processo de seleção das obras que irão utilizar com seus alunos. Essa é uma questão que muito dificulta o processo de obras adequadas.

Nesse caso, cabe ao professor pesquisar e preparar um material que sirva de apoio para suas aulas. No que tange ao tratamento da variação linguística, muitas vezes se o professor não se aprofundar no assunto para levar novas abordagens aos alunos, esse será sempre um conteúdo trabalhado de forma limitadora e, porque não, preconceituosa.

Outra questão que levantamos é que os professores, muitas vezes não tratam da questão das variações por não possuírem uma formação acadêmica que possibilite um trabalho inovador.

Por isso, ressaltamos a necessidade de uma formação docente continuada, que esteja sempre atenta aos novos paradigmas educacionais que surgem em meio a uma sociedade que vive em constante evolução.

Escolhemos a turma de alfabetização, pois acreditamos na importância como um primeiro passo para a formação de sujeitos letrados e cidadãos conscientes. Para Paulo Freire (2001) alfabetizar é dar o direito ao exercício da cidadania. Entretanto, esse direito a cidadania é muitas vezes lesado, quando a cultura que o aluno traz é estigmatizada, quando sua linguagem é desprestigiada e sofre preconceito.

Nesse sentido, vemos que muito avançamos, mas, ainda há muito a avançar.

As considerações que fizemos nesse trabalho não se finda aqui. Existem ainda muitas questões a ser levantadas e diagnosticadas para a melhoria do ensino oferecido nas nossas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Edeilson Matias de. *Livro didático: uma abordagem histórica e reflexões a respeito de seu uso em sala de aula. Cadernos da FUCAMP*, Monte Carmelo (MG), 2004. Disponível em:

<<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/69/61>>

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Guia do livro didático 2007: alfabetização*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. Introdução geral. In: _____. *Guia de livros didáticos de 1ª a 4ª séries – PNLD/2004*. Brasília: Ministério da Educação, 2003, p. 9-29.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Básica. *Guia de livros didáticos: PNLD 2012: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEB/FNDE, 2011a.

_____. Secretaria de Educação Básica. *Programa Nacional do Livro Didático: PNLD 2012: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEB/FNDE, 2011b.

BRAGANÇA, Angiolina Domanico; CARPANEDA, Isabella Pessoa de Melo; NASSUR, Regina Iára Moreira. *Porta de papel: alfabetização*. 1. ed. São Paulo: FTD, 2014.

_____; _____. BONJORNO, José Roberto; GUSMAO, Tania Cristina Rocha Silva. *Novo girassol saberes e fazeres do campo: letramento e alfabetização matemática, 1º ano*. 1. ed. São Paulo: FTD, 2014.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 1989.

COSTA, Wanderley Ferreira da; FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. *Política e educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. *O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo*. 2007. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissa-neli.pdf>. Acesso em: 20-11-2016.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira da. *O livro didático em questão*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

PIRES, Maria; FERREIRA, Lúcia; LIMA, Daniel. Alfabetização, professor alfabetizador e prática pedagógica. *Letra Magna: Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura*, ano 06, n 13, 2º sem.2010.

ROMANATTO, Mauro Carlos. *O livro didático: alcances e limites*. Disponível em: <http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas_redondas/mr19-Mauro.doc>. Acesso em: 25-10-2016.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: _____. *Superando o racismo na escola*. 2. ed. rev. Organizado por Kabengele Munanga. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 7. ed. São Paulo: Ática 1989.